



THIMOTEO, João Pedro*

<https://orcid.org/0009-0007-6252-0422>

RESUMO: Buscaremos refletir, neste artigo, acerca do processo de transição democrática (1974-1988) que pôs fim aos 24 anos de regime ditatorial no Brasil. Do nosso ponto de vista, a transição foi fruto de um arranjo político que envolveu setores ditos “moderados” da ditadura e da oposição, em busca de uma nova forma de organização política que privilegiasse formas consensuais de dominação de classes, afastando-se da coerção que marcou toda a ditadura. Refletiremos, portanto, acerca das formas como o regime buscou neutralizar a atuação das oposições antissistêmicas, que tentaram alterar o projeto conservador de transição. Privilegiaremos o tratado ao Partido dos Trabalhadores, por considerarmos o mais expressivo instrumento político construído pelas classes subalternas durante o período.

PALAVRAS-CHAVE: Transição Política; Democracia Restrita; Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT: In this paper, we aim to reflect on the process of democratic transition (1974-1988) that brought an end to the Brazilian dictatorship. From our perspective, this transition resulted from a political arrangement involving the so-called “moderate” sectors of the dictatorship and the opposition. This arrangement sought a new form of political organization that favored consensual forms of class domination, moving away from the coercion that marked the entire dictatorship. We will, therefore, examine how the regime attempted to neutralize the actions of anti-systemic oppositions that sought to challenge the conservative transition project. Our focus will be on the treatment of the Workers’ Party, which we consider the most significant political instrument created by the subaltern classes during this period.

KEYWORDS: Political Transition; Restricted Democracy; Workers’ Party.

* Possui graduação em Abi - História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023). Desde 2024 é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da mesma instituição. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, atuando principalmente nos seguintes temas: marxismo, ditadura empresarial-militar, transição política, democratização e formação social brasileira.

OS REGIMES POLÍTICOS E A HISTORIOGRAFIA DA TRANSIÇÃO

Ainda que já existam significativas pesquisas historiográficas que abordem o último processo de democratização brasileiro, ainda há muito a se estudar acerca das significações políticas e sociais mais profundas do processo de transição que, iniciado em 1974, consolidou a transformação do regime político ditatorial em uma democracia liberal-representativa.

Entre historiadores, costuma-se enfatizar questões como a participação da chamada “sociedade civil” na redemocratização (GOMES, 2002; ARAUJO, 2016), as disputas intramilitares que sobredeterminaram a abertura política (CARVALHO, 2019) e o tipo de “memória social” acerca do regime ditatorial que foi constituída durante a transição (ROLLEMBERG *et al.*, 2010; REIS, 2014).

No interior da historiografia ainda há muitas polêmicas acerca das especificidades históricas da *mudança de regime político* que a transição assentou, ainda que questões importantes, como, por exemplo, a periodização da ditadura, sejam alvo de intensa discussão (SILVA, 2003; VILLA, 2014; REIS, 2014). Consideramos que a abordagem hegemônica, no entanto, é a que apresenta uma caracterização “institucionalista” dos dois regimes em tela – o ditatorial e o democrático – o que, julgamos, constitui lente analítica pouco profícua para a compreensão do processo de transição.

É o caso, por exemplo, da definição de Daniel Aarão Reis, para quem a ditadura deve ser equiparada, genericamente, à tipologia dos “Estados de exceção”, pois, em sua visão, tratou-se de um regime que criava, revogava e ignorava as leis por ele próprias formuladas (REIS, 2021). Esta perspectiva liberal-institucionalista é seguida por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat na definição de democracia, que é tomada como um “sistema” de eleições regulares, liberdades civis e independência entre os três poderes (ROLLEMBERG *et al.*, 2010). As autoras, em nota de rodapé após esta afirmação, admitem tratar-se de uma definição que ignora a dimensão social dos regimes políticos, e que “privilegia questões políticas”, porém consideram que esta limitação não é importante o suficiente para conduzir a uma caracterização não politicista de democracia.

Nossa pesquisa se inscreve em um campo teórico – e crítico – diferente. Compartilhamos da crítica do historiador Marcelo Badaró, para quem as perspectivas

liberais-institucionalistas pouco enriquecem a dimensão conceitual dos debates acerca dos regimes políticos (MATTOS, 2014). Para nós, é muito importante que o estudo dos fenômenos políticos seja realizado de forma não *politicista*, ou seja, que integre a política no interior da totalidade do mundo social, realçando a relação dos processos políticos com determinantes culturais, sociais e econômicos, não sendo possível explicá-los sem essas referências.

Seguindo os passos do marxista Nicos Poulantzas, é crucial perceber que o papel das estruturas políticas capitalistas é o de refletir e *condensar* as contradições de uma dada formação social (POULANTZAS, 2019). A política sempre irrompe no “tempo presente”, no “momento atual” da ação, apresentando-se como o tempo da ação e da decisão, o tempo do “*desenlace entre uma pluralidade de possíveis*” (BENSAID, 2009). Especificamente para o nosso objetivo – qual seja, o estudo sobre a transição política no Brasil – é preciso levar em conta as transformações políticas, sociais e econômicas profundas que permearam o processo, pois somente assim compreenderemos a encruzilhada que vincula aquilo que “já não existe” ao que “ainda não existe” (BENSAID *et al.*, 2000, p. 70).

Consideramos que o trabalho do historiador Renato Lemos é um bom exemplo dos resultados frutíferos que emergem da adoção dessa perspectiva teórica. Segundo ele, devemos sempre levar em consideração que “o Estado capitalista, como conjunto de instituições que consagram a ordem político-social, decorre de um regime político, que é a forma de dominação de uma parte da sociedade sobre outra parte da sociedade” (LEMOS, 2014). É preciso caracterizar, portanto, os regimes políticos não apenas em sua institucionalidade, mas, sobretudo, compreender sua natureza *classista*, que constitui sua base. Os regimes não são neutros, e sua apreciação social não deve ser abstrata, simplesmente sinalizando que os regimes são construídos pela sociedade, mas, antes, identificando qual classe social ou fração de classe se encontra em posição dominante no interior do regime, organizando, por meio dele, a dominação das demais classes.

Difícilmente poderemos identificar diferenças e semelhanças entre ditadura e democracia sem levarmos em conta que ambas eram formas políticas de organizar a dominação social classista sob o Estado capitalista. Da mesma forma, é difícil compreender a transição de regimes políticos sem compreender suas dinâmicas históricas mais profundas (LEMOS, 2012). Ainda que parte considerável da

historiografia sustente afirmações polares acerca da relação entre Estado e sociedade civil – afirmando, por exemplo, que a Ditadura foi “contra” a sociedade, ou, no polo oposto, que a Ditadura é “expressão” da sociedade –, o que buscamos sinalizar é a necessidade de uma abordagem dialética do mundo social, apontando para seus antagonismos classistas inconciliáveis, sua não homogeneidade. Tomamos como proposta a afirmação de Renato Lemos, para quem as relações entre classe sociais e estruturas estatais são o “lugar por excelência das estratégias contrarrevolucionárias” (LEMOS, 2014b, p. 85).

Buscaremos com este artigo contribuir para a história da transição política brasileira a partir de uma análise da maneira como o núcleo dirigente do regime ditatorial lançou mão de uma estratégia de reorganização da aliança política que sustentava até então a ditadura. Consideramos que lideranças como Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella atuaram politicamente no sentido de reconstituir a base de sustentação do regime. A estratégia consistia *grosso modo* em organizar uma reaproximação entre o que consideravam os “setores moderados” da ditadura – que incluíam basicamente os setores que a historiografia costuma identificar como “castelistas” – e as frações moderadas da oposição. A meta era isolar politicamente tanto a “extrema direita” militar – identificada como “linha dura” – quanto os setores mais radicais da oposição, normalmente vinculados a grupos da esquerda anticapitalista.

Demonstraremos como o núcleo dirigente da ditadura formulou conscientemente esta estratégia e como agiu politicamente no sentido de concretizá-la. Da mesma forma, apresentaremos a análise realizada, no interior dos órgãos de informação do regime ditatorial, acerca do surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). No nosso juízo, o escrutínio crítico da maneira como o regime ditatorial lidou com o surgimento de uma oposição classista e de massas pode nos ajudar a constatar a natureza conservadora do seu projeto de transição política.

REGIME DITATORIAL, ABERTURA POLÍTICA E DOMINAÇÃO CLASSISTA

Tendo em vista que, da nossa perspectiva, o regime político organiza a dominação de classes, é preciso ter em mente qual a grande transformação estabelecida pela transição política. Partimos do princípio de que a proposta de

reestruturar a forma política de dominação social nasceu no interior do regime, e que a transição foi conduzida pelo núcleo dirigente da ditadura, representado, por exemplo, pelo ditador Ernesto Geisel, pelo General Golbery do Couto e Silva e pelo advogado Petrônio Portella¹. A meta estratégica da transição era, ainda que sem pôr em risco a ordem social burguesa, incorporar ao regime político setores moderados da oposição. Seguindo as ideias de Florestan Fernandes, podemos entender a transição política como um processo de longa duração, caracterizado pelo que o sociólogo denominou de contrarrevolução preventiva das classes dominantes brasileiras.

O que une a classe dominante brasileira, na definição de Florestan, é a necessidade de atenção permanente às potenciais desagregações da ordem, e, principalmente, a emergência de neutralizá-las antes mesmo que seu potencial transformador efetivamente germine (FERNANDES, 2020). A ideia que devemos fixar, neste sentido, é a de que a decisão de abrir o regime buscou antecipar-se a qualquer eclosão social que fosse. Não parte de uma “crise” da ditadura – como, por exemplo, quer Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003) –, mas busca, por iniciativa própria, construir um novo equilíbrio das forças sociais, mais “estável” – do ponto de vista das classes dominantes – para a dominação de classes. Ou seja, o regime deveria mudar, mas não para outro *qualitativamente* diferente, mas para uma forma de organização das instituições de Estado que “incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar” (LEMOS, 2002, p. 293).

A discussão acerca da necessidade de mudanças no regime político remonta, no mínimo, a 1972. Contrariando o que muitos historiadores afirmam, essa discussão antecede a chamada “crise do milagre econômico” (HOEVELER, 2012b). Na verdade, a opção por transformar o regime político é estabelecida no momento de seu fastígio, quando o seu núcleo dirigente considerava ter alcançado as principais tarefas “da revolução”: o “saneamento político”, com a derrota das esquerdas revolucionárias e o “saneamento econômico”, com a retomada do crescimento via “milagre brasileiro” (LEMOS, 2014c).

¹ Devido às limitações deste artigo, não poderemos aprofundar essa discussão que não é hegemônica na historiografia. Indicamos, no entanto, que, no essencial, seguimos as constatações de HOEVELER, 2012 e LEMOS, 2018.

Nessa conjuntura, figuras proeminentes da ditadura, que sabiam que o “sucesso” do “milagre” era dependente da superexploração do trabalho e da concentração de renda na mão dos empresários, afirmavam que, caso a abertura política fosse desordenada, poderia haver risco de crise social e política. É preciso, portanto, incorporar o fato da transição ter sido “longa, gradual e segura” à explicação do processo.

Golbery do Couto e Silva – nos passos de intelectuais como Samuel Huntington e Wanderley Guilherme dos Santos – apresentava a questão a partir da metáfora da descompressão: o regime seria uma caldeira contra quem o autoritarismo exerceria pressão. O “excesso de autoritarismo” – em uma fase em que ele era desnecessário, pois as metas do regime já estavam alcançadas – poderia levar à explosão da caldeira. No entanto, caso aberta abruptamente, a irrupção da pressão também provocaria graves consequências. A saída, para ele, seria uma “retirada organizada”, justamente para que o núcleo do regime não perdesse a direção sobre o processo (GOLBERY, 1981).

Os ideólogos da transição previam que tanto setores de esquerda quanto de direita fariam oposição ao seu projeto, mas apostavam estrategicamente na constituição de um centro político que fosse capaz de recompor formas hegemônicas de dominação de classe, mais amplo do que aquele que então sustentava a ditadura. O carro-chefe era a incorporação de setores da oposição moderada ao regime – principalmente os da oposição liberal, dos líderes tradicionais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e das alas mais à direita das associações civis como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, excluindo e isolando os setores que eram identificados como “extrema esquerda” e “extrema direita” (LEMOS, 2012).

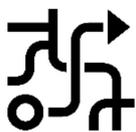
A proposta de construção de um centro político conservador foi expressa de maneira contundente pelo general Golbery. Utilizando-se de mais uma metáfora, desta vez a da “ferradura”, Golbery buscou demonstrar que, ao contrário do que normalmente se considera, esquerda e direita moderada estão muito próximas no espectro ideológico, constituindo um centro político capaz de fazer frente ao radicalismo das forças extremadas (GOLBERY, 1981).

Mais do que isso, o ideólogo da transição conservadora considerava que o papel do núcleo estratégico do regime era justamente separar as oposições, mantê-las dissociadas, incentivando a formação de múltiplas frentes com as quais a ditadura poderia estabelecer relação diferenciada. Em suas palavras, era preciso realizar um:

[...] atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível, quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida *manobra de cooptação por partes* (GOLBERY, 1981, p.28).

Tratava-se, portanto, de uma estratégia política que articulava, de um lado, a cooptação política, e, do outro, a manutenção da repressão aberta. Para atrair a oposição moderada, procederam-se a importantes alterações na estrutura jurídico-política do regime, e, para derrotar as oposições consideradas “radicais”, utilizou-se de todo seu conhecido arsenal terrorista (LEMOS, 2012). Não é de se espantar, portanto, que ao lado das famosas medidas liberalizantes – como o fim da censura prévia, o restabelecimento do *habeas corpus* e a extinção de todos os Atos Institucionais, a Anistia e a Reforma Partidária – ocorresse o assassinato de quase todo o comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a repressão às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o acirramento da violência sindical.

Essas transformações nas estruturas jurídico-políticas intensificaram as relações de cooptação das oposições liberais-democráticas, incorporando forças civis, outrora na oposição, ao regime. Em nenhum momento, no entanto, o processo político deixou de ser dirigido – ou “tutelado” – pelo núcleo estratégico das Forças Armadas, que comandava o regime (LEMOS, 2014b). A incorporação das oposições liberais buscava legitimar a abertura política e possibilitava seu aprofundamento, já que as frações moderadas da oposição, em plena identidade com os dirigentes do regime, não tinha interesse algum na radicalização dos limites das reformas, e não propunha alternativas “ao caráter estritamente burguês da direção do processo político”, que continuava sendo o de preservar “as condições da dominação política de uma classe social absolutamente desprovida de vocação transformadora” (LEMOS, 2002, p. 293).



Para as correntes políticas liberais-democráticas, a meta estratégica das oposições era o restabelecimento do regime jurídico-constitucional, igualando, sem levar em conta significações sociais mais amplas, democracia e Estado de direito. Desta forma, o regime foi capaz – visto que avançava na “reconstitucionalização” do regime político – de compatibilizar suas demandas. A “distensão gradualista”, que rompia com o “excesso de autoritarismo” era suficiente para aqueles que advogam por uma sociedade civil desenraizada de sua natureza classista e que enfatizavam a existência de direitos políticos individuais aos coletivos (LEMOS, 2018 e HOEVELER, 2012b).

TRANSIÇÃO POLÍTICA, LUTA DE MASSAS E CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Dado que a principal estratégia proposta pelo núcleo dirigente do regime ditatorial foi a constituição de um centro político conservador que contemplasse setores moderados da oposição e do governo, é importante refletirmos acerca da maneira como a oposição “não moderada” foi tratada durante a transição.

Consideramos que, no que se refere às esquerdas, a meta principal do regime ditatorial era isolar organizações políticas classistas do novo bloco de poder em construção. Pelo menos desde 1974 instituições como o Serviço Nacional de Informações (SNI) já sugeriam que, dada a derrota política das esquerdas revolucionárias – cujo último núcleo guerrilheiro fora dizimado no mesmo ano, com a vitória das forças repressivas sobre a guerrilha do Araguaia –, o foco do aparato repressivo deveria voltar-se para as “ameaças” não armadas, que visavam “a captura progressiva das estruturas públicas e das pessoas, por meio da propaganda e da legitimidade conferida por lideranças populares não associadas diretamente ao comunismo” (LEMOS, 2018. p.200).

Tratava-se, portanto, de uma mudança na política de segurança, não mais focada na desarticulação das organizações da esquerda armada, mas agora preocupada com a “esquerda de massas”. Não por acaso, como já mencionamos, logo na primeira fase da liberalização, mais de dois mil militantes do PCB foram presos entre 1974 e 1975, e um terço de seu Comitê Central foi assassinado e/ou torturado de forma bárbara. É importante lembrar que a liberalização não significou, para a

esquerda classista, fim da repressão brutal: o dirigente David Capistrano foi esquartejado e Elson Costa foi queimado vivo. Eram sinalizações nítidas do regime: há uma abertura política em curso, mas ela não deve envolver ou incorporar os setores comprometidos com a classe trabalhadora.

Ainda que o regime ditatorial previsse que a abertura política proporcionaria espaços ampliados, em comparação com os previamente existentes, de atuação política para os setores subalternos, certamente não estava previsto que os últimos anos da década de 1970 seriam marcados por intensas mobilizações sociais dos trabalhadores, constituindo um dos mais interessantes ciclos de luta de massas da história brasileira. Nas principais cidades do Brasil, movimentos grevistas, associações de moradores, núcleos de base da Igreja Católica, trabalhadores rurais e os “Movimentos do Custo de Vida” (MCV) protestavam contra o arrocho salarial, a concentração de renda, a ausência de liberdade de organização e a alta inflacionária.

Esses movimentos foram a base de constituição, a partir do final de 1977, do emergente Partido dos Trabalhadores (PT). Para Maria Helena Moreira Alves, é possível afirmar que:

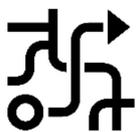
O PT nasceu das greves de 1978, 1979 e 1980, em estreita aliança com os movimentos de bases rurais e urbanos e com a ação social dos católicos progressistas. A ideia de formar um partido que canaliza as reivindicações de diferentes movimentos populares foi debatida em 1979, quando o governo interveio no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e em vários sindicatos de bancários (ALVES, 2005, p. 330).²

É possível falarmos, portanto, do PT como partido e do *petismo* como base social que realiza a ligação orgânica entre a agremiação e seus militantes ativos. O *petismo* seria um sujeito coletivo que deu origem e enraizamento ao PT (MEDEIROS, 2016). Consideramos que era essencial, para o regime ditatorial em transição, isolar ambos do pacto social que, posteriormente, daria origem à Nova República.

A preocupação central era o isolamento da esquerda de massas das fontes “legítimas” do poder político. Já em 1978 a Agência Central do SNI³ analisava a possibilidade e viabilidade da formação de partidos políticos socialistas no Brasil. A agência afirmava que, apesar do sindicalismo brasileiro não ter grande tradição

² É vasta a produção acadêmica que vincula PT e movimentos sociais, como, por exemplo, KECK, 1991 e SARTI, 2006.

³ Toda a pesquisa documental que embasa nossa argumentação está disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).



revolucionária, tornando improvável a constituição de uma agremiação partidária socialista com base nos trabalhadores, era necessário prestar atenção ao fato de que “‘LULA’ é favorável à formação de um partido operário, como à formação de uma ‘frente de operários’ [...] que deverá ser a base para a ação de um partido político”⁴.

Considerava-se, portanto, que o movimento operário do grande ABCD paulista poderia ser a base de um partido dos trabalhadores urbanos. No mesmo ano, a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Exército alertava que o Comando do II Exército estava acompanhando com muita atenção as “atividades do Movimento do Custo de Vida, por se tratar de assunto que abrange sutilezas perigosas – reivindicações simpáticas ao público geral – que vêm sendo exploradas pelas esquerdas”⁵. A preocupação era, portanto, não só a constituição de um partido de esquerda com capilaridade social, mas também a “exploração” de “sutilezas perigosas”, que poderiam angariar apoio para os movimentos sociais que constituíam o *petismo*.

Em 1980, com o Movimento Pró-PT já em pleno funcionamento, a DSI do Ministério da Justiça, investigando a atividade do partido em São Paulo, afirmava que:

O Partido dos Trabalhadores vem obtendo apoio dos militantes da Igreja Progressista, em particular dos integrantes da Pastoral Operária. [...] O PT está estruturado em Núcleos de Base nas fábricas, associações, clubes de mães, sindicatos, etc.⁶.

O mesmo documento apontava que a aliança entre clero progressista e movimento sindical, que se dava por meio das Pastorais Operárias, transformou-se em fator de “radicalização” das greves em São Paulo, e que a organização do PT em núcleos de base era inspirada pelo modelo dos “Sovietes (na sua forma primitiva de 1917, na Rússia)”. Demonstrava-se, portanto, a total atenção dos órgãos de informação e segurança em captar a natureza de massas do PT, buscando mapear o potencial desestabilizador da atuação política da base do partido.

4 Informação Nº 3779155/78/ASP/SNI - SNI, 31/07/78, Assunto: Atividades de Formação do Partido Socialista no Brasil - “Convergência Socialista”.

5 Relatório periódico de informações Nº 10/78. Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel General. 06/11/78.

6 Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro, Processo Gab Nº100145, 07/08/1980, Assunto: Atividade do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Paulo.

Da mesma forma, caracterizavam-se os movimentos de massa, como o MCV, como entidades contestatórias paralelas aos sindicatos, cujo objetivo seria “congregar as massas populares, em torno de objetivos mascarados, e encobertos sob a capa de uma legalidade ou legitimidade aparente”⁷. O auge do ataque governista ao petismo, no entanto, viria em 1980, quando a Justiça do Trabalho declarou ilegais as greves no ABCD paulista, e o Ministério do Trabalho interveio na direção dos sindicatos. Importantes figuras vinculadas ao petismo são presas, dentre elas Lula, a liderança mais emblemática. Segundo Marcos Napolitano, a ditadura não economizou meios para esvaziar o movimento paredista paulista, visto que sua preocupação fundamental era impedir que o operariado viesse a se tornar o ator fundamental da abertura política (NAPOLITANO, 2014).

A luta contra as greves do ABCD, no final da década de 1970, iniciou uma nova fase da aliança empresarial-militar, posto que donos de empresa e lideranças da ditadura uniram-se para forçar o fim da greve. Analistas apontam que as forças policiais transformaram cidades como São Bernardo e Santo André em verdadeiras zonas de guerra civil. O saldo de uma dezena de presos e mais de uma centena de feridos demonstrava que havia um “veto organizado” à possibilidade dos trabalhadores adquirirem peso na sociedade civil (SILVA JÚNIOR, 2023).

Tal perspectiva está em consonância com um Relatório Periódico de Informações do Ministério do Exército, datado de 1978, que afirmava que o preocupante na eclosão das greves paulistas não eram suas implicações imediatas – posto que não haviam alcançado “proporções alarmantes”. Ao contrário, seguia o documento, o que “causou preocupação às autoridades, meio empresariais e no público em geral” não foi o “fato em si” mas, principalmente, as “possibilidades de possíveis desdobramentos futuros”⁸.

É preciso, portanto, avançar nas pesquisas acerca das maneiras como, efetivamente, o regime político ditatorial foi exitoso em sua estratégia de isolar o PT e o *petismo* frente às demais agremiações e organizações oposicionistas. Em 1981, Golbery do Couto e Silva afirmava que as forças contrárias ao regime estavam espalhadas em associações civis diversas, que envolviam desde organizações

7 Relatório Especial de Informação, Nº 01/81 - Data 05/81, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, CIE.

8 Relatório Periódico de Informações. 04/1978. Ministério do Exército.

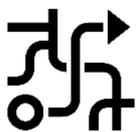


religiosas e parareligiosas, sindicatos, associações culturais legais e entidades profissionais, que haviam tomado para si a tarefa de atuar politicamente, tornando-se mais ativas do que o próprio partido da oposição consentida, o MDB (GOLBERY, 1981).

Era uma estratégia de contrarrevolução democrática em substituição à contrarrevolução terrorista que predominou sob o regime ditatorial. A grande aposta da ditadura, como já defendemos, era justamente a divisão das oposições em muitas frentes oposicionistas, dificultando a construção de unidades políticas que fossem capazes de alterar a correlação de forças em favor dos setores subalternos. Como aponta um arguto sociólogo, que escreveu ainda durante o desenrolar do processo de transição, ao governo era necessário isolar os setores mais combativos da classe trabalhadora do conjunto da classe; isolar a classe operária do conjunto dos assalariados e isolar o PT das demais oposições (GARCIA, 1983).

Isso foi feito, majoritariamente, por meio do controle das casas legislativas e demais instituições representativas, que eram capazes de neutralizar e bloquear as aspirações populares. Para Maria D'Alva Kinzo, por exemplo, a derrota das “Diretas Já”, campanha que levou milhões de brasileiros às ruas em defesa de um projeto de emenda constitucional que instituiria as eleições diretas para a Presidência da República, evidenciou a derrota das oposições que procuravam transformar a natureza conservadora do processo de transição política (KINZO, 2001). A pesquisadora aponta que, do ponto de vista das estratégias de ação, restavam duas opções à oposição: aceitar jogar dentro das regras estabelecidas, aliando-se definitivamente a setores próximos do governo, consolidando o processo de transformismo ideológico, ou, por outro lado, romper definitivamente essas mesmas regras, radicalizando sua atuação a partir da mobilização social extrainstitucional.

Podemos chamar essas duas estratégias, respectivamente, de “hipótese MDBista” e “hipótese petista” de transformação social. Não restam dúvidas de que a transição seguiu a primeira hipótese, o que ajuda a explicar a vitória do projeto conservador do governo, que buscava justamente consolidar a aliança com a oposição moderada, e a hegemonia do PT na esquerda pós-ditadura, chancelado como a única força social que não cedeu – até porque não foi convidado – às pressões liberalizantes do regime, mantendo sua independência de classe frente ao projeto burguês de transição democrática.



A derrota relativa do *petismo* – dominante entre as forças de esquerda, subalterno no interior do novo bloco de poder conservador – foi fundamental para que o pacto social da Nova República fosse vitorioso na construção de uma democracia restrita, cujo núcleo central estaria blindado à participação das classes trabalhadoras.

CONCLUSÃO

Nosso artigo buscou contribuir com os estudos da transição política brasileira. Partimos da hipótese de que a estratégia burguesa de transição envolvia pouco mais do que a recomposição da base de sustentação do regime, incorporando setores da oposição moderada, que, apesar de lutarem contra os “excessos de autoritarismo”, não se opunham à natureza classista da ditadura.

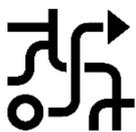
Deste ponto de vista, a consolidação de um regime democrático de natureza restrita dependia da construção de um novo bloco de poder, capaz de realizar a dominação de classes sob novas bases, mais consensuais do que coercitivas. À classe trabalhadora organizada era vedada a participação nesse novo arranjo, e o isolamento do PT e do *petismo* frente às demais agremiações oposicionistas era fundamental.

A transição significou um grande movimento de transformismo político das oposições liberais ao passo que também foi palco de inúmeras lutas sociais. Mesmo com a vitória do projeto conservador de transição, que consolidou a democracia que conhecemos, completamente compatível com níveis extremos de miséria, pobreza, analfabetismo e violência policial, a constituição do *petismo* como sujeito político foi extremamente relevante para o conjunto das classes subalternas do país, pois representou a possibilidade de representação autônoma, frente à sociedade e ao Estado, da fração mais radicalizada dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. *Studia Historica. História Contemporânea*, v. 33, p. 67-85, 2016. Disponível em:



<https://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/download/14494/14849/50517>.
Acesso em: 08 jul. 2022.

BENSAÏD, Daniel. Tiempos históricos y ritmos políticos. *Revista Herramienta*, ano XIII, nº 40, 2009.

BENSAÏD, Daniel; LOWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *Liberalização e tutela militar: o governo Geisel*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

GARCIA, Marco Aurélio. A crise e os caminhos da transição. *Revista Desvios*, São Paulo. p. 18-29, Agosto/1983.

GOMES, Ângela de Castro. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo Ernesto Geisel. In: CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 105-121.

HOEVELER, Rejane Carolina. A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972/1973). In: *XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012.

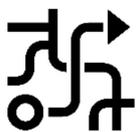
HOEVELER, Rejane Carolina. Samuel Huntington e a transição gradualista no Brasil (1972-1974). In: *Colóquio Internacional Colapso das Ditaduras: Sul da Europa, América Latina, Leste Europeu e África do Sul – História e Memória*, Rio de Janeiro, 2012b.

KECK, Margaret. *PT: a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira – Um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n. 4, 2001. p. 3-12.

LEMOS, Renato. Historiador da UFRJ analisa as continuidades da ditadura. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. Disponível em: www.academia.edu/12130744/Sobre_as_continuidades_da_ditadura. Acesso em 18 nov. 2022

LEMOS, Renato. A anatomia da transição é a chave da anatomia da ditadura: o governo Geisel e a contrarrevolução no Cone Sul da América. *Esquerda Online*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2012/11/07/a-anatomia-da-transicao-e-a-chave-da-anatomia-da-ditadura-o-governo-geisel-e-a-contrarrevolucao-no-cone-sul-da-america>. Acesso em 09 abr. 2023.



LEMOS, Renato. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: Carla Luciana Silva; Gilberto Grassi Calil; Marco Antônio Both da Silva (Org.). *Ditaduras e democracias: estudos sobre hegemonia, poder e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014b. p. 71-89.

LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, p. 287-313. dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/PvRCYJfkJSkp3YjSHdHHcNS>. Acesso em: 18 de nov. 2022.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v. 2, p. 111-138, 2014c. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/40>. Acesso em: 18 de nov. 2022.

MEDEIROS, Josué. *Para além do lulismo: o fazer-se do petismo na política brasileira (1980-2016)*. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Ciência Política) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

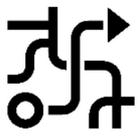
REIS, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise e CORDEIRO, Janaina (Org.). *Por uma revisão crítica: Ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Sagga, 2021. p. 444-464.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SARTI, Ingrid. *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 369-417.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.



SILVA JUNIOR, Samuel Fernando da. A atuação política do empresariado paulista nas greves de 1980 no ABC paulista: da burguesia “renovada” à burguesia braço da ditadura. In: PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. *Democracias, ditaduras, fascismos*. Passo Fundo: Acervos. 2023. p. 103-132.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa, 2014.

FONTES

Informação N° 3779155/78/ASP/SNI - SNI, 31/07/78, Assunto: Atividades de Formação do Partido Socialista no Brasil - “Convergência Socialista Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro, Processo Gab N°100145, 07/08/1980, Assunto: Atividade do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Paulo.

Relatório Especial de Informação, N° 01/81 - Data 05/81, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, CIE.

Relatório Periódico de Informações N° 06/80, Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel General, ACE 004352/80.

Relatório periódico de informações N° 10/78. Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel General. 06/11/78.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 19/02/2025